



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

**Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU**  
**Ata da 141ª (centésima quadragésima primeira) Reunião Ordinária**  
**Dia 16 de junho de 2006**

Às 10:00 (dez) horas do dia 16 de junho de 2006 (dois mil e seis), no auditório do Banco do Brasil, Av. Rio Branco, 9º andar, Bairro do Recife, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da suplente do presidente, Dra. Maria José De Biase. Havendo número legal, a suplente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Apresentação do Complexo Turístico-Cultural Recife/Olinda. Painelistas: Representantes do governo do Estado, prefeituras dos Municípios de Olinda e do Recife. 2) Aprovação/Assinatura da Ata da 140ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de maio de 2006. 3) Análise do processo nº 07.62180.6.05 – Projeto de reforma – Fábrica Tramontina, na Av. Barão de Bonito, nº 1110 – Várzea. Relator conselheiro Luís Eduardo Moriel Carneiro – IAB/PE. 4) Informes/Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Maria José De Biase, suplente do presidente, Dra. Taciana Maria Sotelo Mayor Porto Chagas, Gerente Regional da Diretoria de Controle Urbano - DIRCON (suplente), Dr. Fábio Henrique de Souza Macêdo, Assessor e Consultor Fiscal – Sec. Finanças (suplente), Dra. Tatiana Maria da Silva Mariz, Diretora Geral das Procuradorias (titular), Dr. Reinaldo Moreira de Melo, Assessor Executivo – Sec. Serviços Públicos (suplente), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Sec. Saneamento (titular), Dr. Tamar Ferreira de Lima, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM (titular), Sr. Tomé Ferreira de Lima, representante da FEAMEPE (suplente), Dr. Luís Eduardo Moriel Carneiro, representante do IAB/PE (titular), Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE (suplente), Dr. Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH (suplente), Dr. Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro (suplente), Dra. Ana Kelly Ferreira - ETAPAS/ABONG (titular), Sr. João José da Silva, representante do Fórum do Prezeis (suplente) e a Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente). A seguir, Dra. Maria De Biase justificou a ausência do presidente do Conselho, Dr. Marcelo Olímpio, que estava em Hannover, Alemanha, participando do Encontro de Urbanismo. Em seguida, deu posse ao conselheiro Paulo Reynaldo Maia Alves, como membro suplente representante do Centro Josué de Castro/ABONG. Em seguida, comunicou que atendendo solicitação dos conselheiros, estava trazendo ao CDU, a equipe responsável pelo Complexo Turístico-Cultural Recife/Olinda para apresentação do projeto. Pela Prefeitura do Recife, o secretário de Cultura, Dr. João Roberto Costa do Nascimento (Peixe), pelo governo do Estado, Dra. Amélia Reynaldo, Dr. César Barros e representando o IPHAN, o arquiteto Dr. Marcelo Freitas. Acordou com todos os conselheiros que após as apresentações haveria espaço para sugestões, contribuições e esclarecimentos. Passando em seguida a palavra ao secretário de Cultura, Dr. João Roberto (Peixe). O secretário iniciou sua apresentação falando que, “estamos num processo de discussão com vários segmentos da sociedade. Hoje, no Conselho de Desenvolvimento Urbano. O projeto é um trabalho articulado entre as Prefeituras do Recife e de Olinda, Governo do Estado de Pernambuco e Governo Federal. O projeto teve início há alguns anos, trabalho de muitas mãos, muitas cabeças”. Em seguida, apresentou a caracterização do Cenário Internacional, suas potencialidades, mostrando imagens das cidades de Paris, Barcelona, Bilbao, Nantes, Lisboa e Buenos Aires. “Recife se coloca num plano internacional numa posição muito favorável, devido a proximidade aos continentes africano, europeu e americano, favorecendo muito do ponto

de vista do turismo”. Continuando, falou da cidade do Recife, metrópole central da Região Nordeste do Brasil, sua influência regional e estadual. A localização – Patrimonial Material e Imaterial. “O Plano do Complexo, é um plano estruturador desenvolvido e implementado pelas prefeituras do Recife/Olinda, governo de Pernambuco e governo Federal, em parceria a iniciativa privada e a participação dos mais diversos segmentos culturais, econômicos e sociais. O objetivo geral do Plano é oferecer propostas e instrumentos para promover a integração do planejamento e gestão territorial com a gestão das atividades turístico-culturais, na região que compreende os núcleos históricos do Recife e Olinda e seus eixos de conexão”. Continuando, enfocou o Planejamento Cultural/Turístico Territorial. Metas principais, Proposições, Definições do Plano, Ações Estratégicas, Diretrizes do Uso do Solo e Modelo de Gestão. A interação dos Programas e Projetos Governamentais. “Promover a integração destes programas e definir conjuntamente as intervenções prioritárias. Monumenta, Porto Digital, Prometrópole, Prodetur e Habitar Brasil”. A seguir, falou das Diretrizes – Usos e Atividades, Mapeamento das Proposições, Diretrizes/Regulamentação. A Rede Cultural – Definição e Delimitação. Circuitos Interterritoriais, Conexões Intraterritoriais, Territórios e Núcleos. Rede de Núcleos em Olinda e Tacaruna. Olinda: Varadouro/Carmo/Ribeira/Alto da Sé/Amparo. Tacaruna – Tacaruna. Recife: Marco Zero/Alfândega/Brum/Praça da República/Casa da Cultura/São José/Cinco Pontas/Aurora/Boa Vista. Brasília Teimosa: Pina/Brasília Teimosa/Parque dos Manguezais. Continuando, apresentou as Diretrizes Especiais da Rede de Núcleos. As Diretrizes e Ações dos Núcleos do Varadouro, Tacaruna, Território do Recife e Núcleo Cinco Pontas. Apresentando o Programa Multicultural do Recife, Equipamentos Culturais, Localizações e Funções. O Perfil do Núcleo Metropolitano e a Rede de Refinarias Multiculturais. Prosseguindo, o Dr. João Roberto apresentou o Modelo de Gestão do Complexo que é formado pelo Conselho Político – Prefeituras Recife/Olinda, Governos de Pernambuco e Federal. O Núcleo Gestor formado pelas Câmaras Temáticas A e B, e o Projeto Recife/Olinda, enfocando os espaços técnicos de execução do Complexo, as Unidades executoras em Recife, Olinda, Metropolitana e Federal. Os espaços consultivos Institucionais e os espaços temáticos de articulação. Em seguida, falou sobre a implementação do Complexo Olinda – Obras nos Núcleos, Tacaruna – Obras do Núcleo, Recife – Obras nos Núcleos. Concluindo, o Dr. João Roberto lembrou a todos que Olinda é Patrimônio Cultural da Humanidade e primeira Capital Brasileira da Cultura. Recife capital Multicultural do Brasil, Pernambuco, Nação da Diversidade Cultural. (CD da apresentação, como anexo). Dando continuidade, e para apresentar o desdobramento do Projeto Recife/Olinda, Dra. De Biase convidou Dra. Amélia Reynaldo, representante do governo do Estado para apresentação. Dra. Amélia iniciou agradecendo a oportunidade e o empenho que o CDU teve para esta apresentação. “A proposta que iremos apresentar, é uma proposta básica, não temos um projeto definitivo, acabado. Só após colhermos a maior quantidade possível de contribuições, de sugestões é que definiremos a proposta. Aproveito para apresentar a equipe hoje presente. Além da Prefeitura do Recife, temos as presenças do arquiteto Marcelo Freitas, representante do IPHAN, a equipe técnica do Projeto, Silvana Rocha, Marília Matoso, o biólogo Clemente que é responsável pelo Meio Ambiente e Margarida Monteiro. Registro também, as presenças de pessoas que estão na platéia e que já fizeram parte da equipe técnica do Projeto. Meus parabéns ao conselheiro João Silva do Fórum do Prezeis pela brilhante idéia de dedicar toda a pauta desta reunião ao Complexo Turístico-Cultural Recife/Olinda. Como também, ao encaminhamento dado pela coordenadora da reunião, Dra. De Biase. Estamos sem a presença da equipe técnica

da Prefeitura de Olinda, devido ao evento que está acontecendo na cidade, com a participação do Presidente da República. Como também, as ausências do Ministério das Cidades e do GRPU. Mas, nos sentimos representantes desse conjunto maior. O Projeto Urbanístico Recife/Olinda é uma intervenção urbana de escala metropolitana, planejada e desenhada por um inovador modelo de gestão público-privado”. Enfocou os antecedentes do Projeto, os Planos Metropolitanos – MetrÓpole 2010(1998) e MetrÓpole Estratégica (2002). Dra. Amélia apresentou a Área do Projeto Urbanístico – Delimitação de Zonas e Territórios. As Características: 8 km de frente de água configurada por espaços urbanos vazios, onde 92,5% da área pertence ao Governo Federal e é ocupado hoje pela RFFSA, Porto do Recife e Marinha do Brasil. 359 ha estão localizados no Recife; 111 ha estão localizados em Olinda; Total: 470 ha (229 da União, 217 de favelas e 24 de outros). As Diretrizes: 1.10 - Diversidade de Usos: Habitação, Comércio, Serviços, Equipamentos Comunitários, Lazer, Cultura, Lazer e Turismo. 2.10 - Ampliar a centralidade metropolitana através da complementaridade das funções e atividades instaladas nos centros históricos do Recife e Olinda. 3.10 - Coesão territorial das áreas de baixa renda com o novo traçado, buscando a inclusão social (habitações IS, PAR e MP). 4.10 - Implantar um transporte inovador que articule o metrô, o Bairro do Recife, a Vila Naval, o Shopping Tacaruna, o Centro de Convenções e o Centro Histórico de Olinda. 5.10 - Anular os obstáculos às ligações entre Recife e Olinda, sem afetar a sua unidade e enquadramento geográfico e paisagístico. 6.10 - Valorizar e integrar na estrutura urbana, os elementos da sua identidade geográfica (águas) e da sua identidade urbana (igrejas, Conventos, malha urbana). 7.10 - Manter e valorizar as memórias portuárias, renovando e reutilizando para funções urbanas os seus edifícios mais representativos. 8.10 - Valorizar os sistemas de vistas internos (frentes de água e referências emblemáticas urbanas) e externos (visualização das áreas urbanas históricas do Recife e Olinda). 9.10 - Valorizar e rentabilizar o aproveitamento imobiliário das frentes atlântica e ribeirinhas e eixos urbanos. 10.10 - Minimizar a descarga de efluentes no estuário das bacias de Santo Amaro, Capibaribe e do Pina, valorizando-as como praças de água. 10.10 - Diretrizes Meio Ambiente: qualidade da água dos estuários. 10.10 - Respeito as Frentes D’água, com ancoradouros localizados estrategicamente para não prejudicar os canais de passagem e locais de pouso de aves; Valorização da bacias como praças d’água preservação da Praia Del Chifre; Despoluição aa Bacia do Beberibe através do Programa Prometropole; Relocação das casas da Ilha do Maruim que invadem o Rio Beberibe com tratamento da Frente D’água”. Em seguida, apresentou a Zona de Intervenção, Setor 1: Istmo, Coqueiral e Milagres. As propostas I - Implantar com cautela atividades econômicas no Coqueiral, articulando-o com o Espaço Ciência; Valorizar o patrimônio arqueológico do istmo de Olinda acrescentando equipamentos de lazer e cultura; Reabilitar e valorizar as margens do rio Beberibe, incluindo passagens de pedestres; Consolidar o Forte do Buraco como ruína; Configurar a nova porta de entrada de Olinda através de Milagres. Proposta II – a)Visibilidade; b)Articulação com o Parque Arcoverde; c)Garantir a ocupação de natureza metropolitana; d)Garantir o acesso à frente de água. Continuando, apresentou o Quadro comparativo das propostas. A seguir, apresentou a Zona de Intervenção do Setor II – Vila Naval: Proposta: Implantar equipamentos de habitação / comércio / serviço / lazer; Estabelecer uma nova ordem urbana: permeabilidade visual e acessibilidade entre a av. Cruz Cabugá e a frente de água; Edificar novas habitações para os membros da Marinha; Conectar com o Bairro do Recife através de nova ponte; Território popular. Setor III – Bairro do Recife. Proposta:

Continuidade com o Cais José Estelita e Santa Rita; Recuperar e reutilizar os armazéns da av. Alfredo Lisboa; Criar as condições para a expansão do Porto Digital; Implantar equipamentos de habitação / serviços / comércio / negócios / lazer / cultura e turísticos; Estabelecer um ordem urbana coerente com as quadras e ruas existentes; Território popular. Setor 4 – Cais José Estelita e Cais de Santa Rita. Proposta: Conectar o metrô e um sistema de transporte público inovador; Redesenhar as avenidas Sul e José Estelita; Implantar equipamentos de habitação / serviços / comércio / negócios / lazer / cultura e equipamentos turísticos; Demolir o viaduto das Cinco Pontas; Configurar uma nova praça que articula as avenidas Dantas Barreto e Sul e a Praça Sérgio Loreto; Território Popular. Apresentou também, o Setor 5 – Ilha do Maruim (Olinda), Setor 6 – Santo Amaro (Recife), Setor 7 – Comunidade do Pilar (Recife). Continuando, Dra. Amélia apresentou a proposta de Envergadura da Transformação – 1,5 milhões m<sup>2</sup> de área construída; •227 milhões de reais de investimentos em infra-estrutura; 2 milhões m<sup>2</sup> de solo infra-estruturado; 323 mil m<sup>2</sup> de área verde; 1 milhão m<sup>2</sup> de novas vias; 30 mil vagas de estacionamento; 8 mil novas habitações e 30 mil novos habitantes. Enfocou as áreas de construção, propostas Território Popular, Investimentos em Infra-estrutura. Públicos e Privados e, concluindo apresentou as etapas do Projeto: Concluída: Maquete urbana (proposta básica ou indicativa); Modelo econômico. Andamento : Discussão com a sociedade/plano de consequência; Elaboração de projetos executivos; Revisão do modelo econômico; Criação da sociedade implementadora; Promoção/marketing. 2007 : Comercialização de áreas; Início da implementação. E o Modelo de Gestão. (CD da apresentação, como anexo). Dando prosseguimento, Dra. De Biase passou a palavra ao arquiteto Dr. Marcelo Freitas, representante do IPHAN. O arquiteto falou que, “gostaria de fazer algumas considerações a respeito do Projeto. Recentemente foi que comecei a acompanhar o Complexo. Algumas considerações do IPHAN foram incorporadas ao Projeto, outras não. Minhas observações serão exclusivamente ao patrimônio cultural. A intervenção realmente é ambiciosa, terá um impacto grande em ambas as cidades, nos seus espaços urbanos, nas suas paisagens. A atenção do IPHAN em relação ao Projeto se dá em razão do mesmo prever ações situadas em áreas tombadas ou em áreas do entorno dos monumentos tombados. Particularmente, na zona de intervenção do Istmo de Olinda, no Bairro do Recife, devido ao conjunto arquitetônico tombado no final da década de 1990. E, também, nas áreas do entorno dos bairros de Santo Antonio e São José, que se estende até a proximidade da bacia do Pina, na altura do Forte das Cinco Pontas. Talvez, o setor de intervenção de maior conflito com a legislação, seja do Istmo de Olinda. O IPHAN realizou desde 1937, Tombamentos pontuais dos monumentos de Olinda. Na década de 60 em função do processo de urbanização crescente, houve a intenção de ampliar a proteção dos monumentos. Alguns consultores da UNESCO vieram ao Brasil, com objetivo de reformular, modernizar o IPHAN. Fruto dessa vinda se propôs uma extensão da área de proteção de Olinda. As recomendações foram incluídas no Plano Diretor de Desenvolvimento Local Integrado. Em 1970 se deu uma retificação das áreas de proteção. Olinda é Patrimônio Cultural da Humanidade, não somente pela função dos seus monumentos isolados, mas também, devido a sua paisagem. A preocupação do IPHAN é que a legislação seja mantida. Que se guarde essa área do Istmo de Coqueiral como uma área verde, área de transição. Guardando a identidade no sentido do que é Olinda, do que é Recife. Minha colocação oficial só deverá acontecer depois que o Projeto for apresentado ao IPHAN. Os próprios estudos do Plano Diretor de Olinda valorizam o eixo da PE-15, como um eixo de desenvolvimento da cidade. Para nós um

hotel, um edifício de dez andares no Coqueiral de Olinda, é um projeto que impacta no nível de paisagem. Interfere no circuito de proteção. Esses equipamentos deveriam estar sendo pensados para o eixo viário próximo ao Centro de Convenções, que é o grande equipamento voltado para os negócios do estado de Pernambuco. Há preocupações também, em outras áreas, mas esta é mais conflituosa em relação ao Projeto. Preocupações também, dos impactos das intervenções em relação ao patrimônio existente no centro da cidade. No sentido da memória, da história da capital pernambucana. O patrimônio construído tem que ser preservado, respeitado. Temos que criar mecanismos para que áreas como as de Santo Antônio e as de São José não sejam mais abandonadas do que são hoje. Faltam indicações no projeto. O próprio impacto urbano na área e a questão da circulação viária são preocupações pertinentes”. Concluída a apresentação, Dra. De Biase passou a palavra ao Dr. César Barros, representante do governo do Estado, que solicitou espaço para se reportar a fala do Dr. Marcelo Freitas do IPHAN. “Primeiro, não estamos apresentando uma proposta definitiva. Estamos apresentando resultados de trabalhos elaborados durante quase três anos. O IPHAN não está participando desse processo como entidade de análise. Não só o IPHAN, como também a CPRH e a DIRCON. Nenhuma entidade reguladora. Não estamos construindo um projeto urbano para ser apresentado para aprovação de entidades reguladoras. Estamos construindo um projeto para ser legitimado pela sociedade. Não estamos trabalhando num projeto pontual, de interferência como foram o Cura Cidade e a Rua do Bom Jesus. Estamos falando de uma estrutura instalada no centro histórico da cidade, um potencial magnífico que poderá trabalhar o desenvolvimento desse território. Esse território reflete uma área em constante ebulição. O que estamos construindo hoje, é o que a sociedade deseja para a cidade”. Dando prosseguimento, Dra. De Biase deu início ao processo de debate, passando a palavra ao conselheiro Luiz Moriel – IAB/PE. O conselheiro iniciou sua fala dizendo que no momento estava com dupla personalidade, pois estava como coordenador do Patrimônio Histórico de Pernambuco (FUNDARPE) e, como conselheiro membro representante do IAB/PE. “Primeiro falarei como coordenador. As declarações de Marcelo e de César são duas colocações pertinentes. Uma em relação às diretrizes, a importância, o interesse e a necessidade de preservação do patrimônio construído como uma das válvulas mestra do Projeto. Neste ponto de vista a FUNDARPE oficialmente não se fez presente ao projeto. Faz-se presente no convênio existente entre a FUNDARPE, o IPHAN e o município de Recife, na análise, na viabilização de aprovação de projeto. A colocação de César é pertinente, pois é uma construção conjunta. Agora, como conselheiro do IAB, farei colocações mais urbanísticas, pensando a cidade como um todo. Toda sua complexidade, com qualidade ambiental e paisagística. O Projeto é inovador, com todo o seu processo de gestão. Meus parabéns pela intenção de buscar dentro dos vazios urbanos, grandes glebas públicas, um desenho de cidade que queremos para o futuro. Sem deixar a especulação imobiliária atacar à cidade. No Plano Diretor existem coeficientes, potencial construtivo. Com o desenho de qualidade ambiental conseguiremos um potencial construtivo harmonioso. Será necessário lapidar este desenho, pois envolve vários interesses. Deverá haver um equilíbrio. Outra questão que para mim não ficou muito claro foi quando Dra. Amélia falou que as localizações no total de 470ha (229 da União, 217 de favelas e 24 de outros), com 1milhão e meio de metros quadrados de reservas para construção. Essas áreas são públicas, vazios urbanos, com grande defasagem de áreas verdes na cidade. Não sei qual a preocupação do Projeto em trazer para essas áreas públicas, espaços verdes. Se há um equilíbrio

entre área de construção, o espaço público, e área de lazer. Gastaria de saber também, como se dá o levantamento da área construída hoje e a sub utilizada. Fico feliz, pois diferentemente do Plano Diretor do Recife, o Projeto está pensando os eixos d'água, característica principal da cidade". Continuando, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro João Silva – Fórum do Prezeis. "No tocante ao Complexo Tacaruna, gostaria de saber de estar previsto ação de habitabilidade para comunidade que vive por trás do Tacaruna. Por exemplo, a comunidade do Chié. Outra questão, qual o valor que está sendo orçado para o projeto como um todo. Sobre o Memorial Arcoverde, Dra. Amélia apresentou ações de ciência e música, porque não incluir também saúde e esportes. Fazendo um grande Centro de Cultura, Lazer, Saúde e Esporte. Para finalizar, em relação a Vila Naval, foi mostrado que serão retiradas as casas da marinha. O que está sendo pensado para os equipamentos comunitários existentes. A escola local atende não somente a marinha, mas, a comunidade de Santo Amaro". Em seguida, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro João Domingos – IAB/PE. O conselheiros iniciou falando da satisfação de por um ano ter participado da equipe do Projeto. "Sou um entusiasta, e por conta disso tenho grande preocupação com a questão da implementação, sair do papel para o início das obras de fato. Pergunto, como está o processo de viabilização dos terrenos. 90% das áreas são de posse do poder público. Preocupou o fato de recentemente ter sido noticiado que a área da REFESA estava indo a leilão. A viabilidade do Projeto como um todo, está baseada na integração de todos os territórios". A seguir, Dra. De Biase falou que gostaria de fazer algumas complementações antes de passar a palavra aos responsáveis pelas apresentações, para respostas. "Tive oportunidade de assistir outras vezes a apresentação do Complexo, mas cada vez me encanto mais, com a possibilidade de uma reestruturação tão grande para a cidade. O resgate de algumas ações super importantes para o Recife, como a mudança cultural da relação com as águas, e o fato do projeto ter um forte componente de economia urbana que normalmente outros projetos não têm. Como também, a relação da convivência entre o histórico e o moderno. Gostaria de perguntar como está sendo prevista a relação metodológica do planejamento participativo, na implementação e efetividade do Complexo Turístico". Passando em seguida a palavra ao secretário de Cultura da Prefeitura do Recife, Dr. João Roberto (Peixe). "Primeiro, por mais que procuremos nessa apresentação dar o máximo de informações, pela complexidade do projeto, sempre ficam algumas lacunas. Por isso, o debate é muito importante. Não só para o fornecimento das informações desejadas, mas pelo recebimento das sugestões, contribuições para os pontos que não estão suficientemente desenvolvidos. Como norma mais geral, o primeiro ponto que gostaria de colocar diz respeito a intervenção do arquiteto Marcelo do IPHAN. A relação entre Recife e Olinda no projeto, tem de ser fundamental sua compreensão. Se não, veremos apenas a remoção urbana com grande impacto visual. Às vezes, não percebemos a relação entre o novo e o existente, que é fruto do passado. A conexão entre as intervenções previstas nas áreas de operação urbana e no território vivo será bem diferente do que foi em Lisboa. As intervenções em Lisboa ocorreram em áreas mais afastadas do centro, de certa forma não faziam parte da cidade. No Complexo temos algumas áreas vazias ou sub utilizadas, que não têm uma participação efetiva da vida da cidade. Precisam ser reintegradas. Tem que haver a viabilização. Se pensarmos essas áreas exclusivamente como áreas verdes, elas inviabilizariam a implementação do projeto. É preciso compatibilizar. Isso foi fruto de muita discussão interna na equipe, com os setores de preservação, meio ambiente, que resultou em modificações acentuadas na proposta

original. Não é fácil integrar várias áreas dentro de níveis distintos de governo. No modelo de gestão, o IPHAN fez questão de se colocar a parte do próprio Ministério da Cultura. Temos tido discussões bem positivas com o atual presidente do IPHAN, Dr. Luís Fernando Almeida. Temos que repensar também, qual o papel de cada órgão envolvido no processo, seja qual for a esfera de Governo. Tem que haver uma postura de co-participação, com responsabilidade de todos. O IPHAN não pode ficar com o olhar só de legislação. Tem que repensar conjuntamente. Respondendo a pergunta do conselheiro João Silva sobre o valor geral do projeto, a engenharia financeira ainda está sendo objeto de análise por parte do Grupo Gestor. A previsão fica em torno de 700 a 800 milhões gerados, mas grande parte será da iniciativa privada. Temos um consórcio estatal envolvendo as prefeituras de Recife e Olinda, o Governo do Estado e a União. Consórcio esse que fará as implementações das estruturas. Ou seja, valorizar o solo, o terreno e disponibilizá-los para a iniciativa privada, com o valor da nova infra-estrutura agregado. A iniciativa privada irá financiar as intervenções". Passando em seguida a palavra à Dra. Amélia Reynaldo que falou, quantas vezes o Conselho achar necessário a equipe técnica do Complexo estará disponível para quaisquer esclarecimentos. E, se reportando ao conselheiro Luís Moriel, falou, "temos a preocupação da nova utilização do solo. Dos 470ha, temos 253ha de novas urbanizações e 217 de re qualificação de favelas. Desses 253ha, quase 30ha eram salgadinhos que não estavam detalhados. Têm-se um milhão e meio de metros quadrados distribuídos em 220ha, o coeficiente nosso é de 0.66, coeficiente médio do projeto. Se tirarmos os 700 mil metros quadrados que são o solo verde do Istmo de Coqueiral, temos o coeficiente médio de 1.0. A modelagem econômica própria indica que o projeto é sustentável. Nesse projeto, não se investe recurso público. Todo ele é da iniciativa privada. Vende-se o terreno para a iniciativa privada, e ela constrói seus imóveis. Temos uma enorme expectativa de que o impacto positivo sobre as áreas vazias e ociosas em Santo Antônio e São José se dê de forma bastante interessante. A Prefeitura do Recife é quem está fazendo o levantamento das áreas vazias e ociosas. Algumas quadras serão reabilitadas. Parte dos recursos da operação serão destinados à preservação e ao meio ambiente. Conselheiro João, fiz o registro de sua pertinente sugestão de incluir esporte e saúde nas ações do Memorial Arcoverde. Na Vila Naval serão construídos novos equipamentos e a escola existente será re qualificada. O hospital será mantido de forma mais integrada com a cidade. A comunidade do Chié de fato não está contemplada. Mas, anotarei sua sugestão. As Prefeituras estão elaborando os projetos, junto aos Prezeis. No detalhamento do projeto a participação será mais intensificada. Estamos programando reuniões com as organizações sociais, como: Fórum de Reforma Urbana, ETAPAS, FASE e outras. Em relação à preocupação do conselheiro João Domingos sobre a viabilização dos terrenos, para nós, é um grande desafio. Tomamos conhecimento também, da intenção da FEFESA em fazer o leilão. Se isto acontecer, compraremos o terreno em leilão. Mas, esta notícia já nos foi negada. Realmente a aquisição dos terrenos é uma grande preocupação nossa, e o mais próximo de aquisição é de fato o da REFESA. Em relação à Clarissa, iremos discutir com ela, os espaços públicos. De fato, uma preocupação. Iremos trabalhar neles. Temos o pré-regulamento urbano, mas é necessário o detalhamento. No que diz respeito a transporte, é o único item que não está incluído como modelagem econômica no projeto. Iremos levar ao Governo Federal uma pauta de reivindicações de transporte coletivo". Passando em seguida a palavra ao Dr. César Barros, que se reportando ao conselheiro Luís Moriel, falou que, "não estamos trabalhando o território como se o mesmo fosse deslocado da





PREFEITURA DO  
**RECIFE**

outra porção da cidade. O quantitativo de metros quadrados do potencial construtivo, é quase a cidade hoje, construída. A forma de encarar muda essa realidade. Temos 9 milhões de imóveis sub-utilizados. Esse projeto se diferencia de outras experiências por questão de valores, da participação da sociedade, da inclusão social". Se reportando ao Dr. Marcelo Freitas, falou da forma de trabalho do IPHAN, lembrando que a UNESCO está revendo o conceito de Patrimônio Cultural da Humanidade. Concluído os esclarecimentos necessários, Dra. De Biase agradeceu mais uma vez e felicitou toda equipe técnica pelo brilhante trabalho. Finalizando, Dra. De Biase agendou para o dia 14 de julho, a 142ª Reunião Ordinária do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 16 de junho de 2006.

Maria José De Biase – Suplente do presidente

Taciana Mª Sotto Mayor P. Chagas – DIRCON (suplente)

Fabio Henrique de Souza Macêdo – Sec. Finança (suplente)

Tatiana Maia da Silva Mariz – SAJ (titular)

Reinaldo Moreira de Melo – Sec. Serviços Públicos (suplente)

Carlos Eduardo Maciel Lyra – Sec. Saneamento (titular)

Tamar Ferreira de Lima – Ag.CONDEPE/FIDEM (titular)

Tomé Ferreira de Lima – FEAMEPE (suplente)

Luís Eduardo Moriel Carneiro – IAB/PE (titular)

João Domingos P. da Costa Azevedo – IAB/PE (suplente)

Eduardo Fernandes de Moura – ABIH (suplente)

Paulo Reynaldo Maia Alves – CJC (suplente)

Ana Kelly Ferreira – ETAPAS/ABONG (titular)

João José da Silva – Fórum do Prezeis (suplente)

Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)

*Maria José De Biase*

*Taciana Sotto Mayor P. Chagas*

*Fabio Henrique de Souza Macêdo*

*Tatiana Maia da Silva Mariz*

*Reinaldo Moreira de Melo*

*Carlos Eduardo Maciel Lyra*

*Tamar Ferreira de Lima*

*Tomé Ferreira de Lima*

*Luís Eduardo Moriel Carneiro*

*João Domingos P. da Costa Azevedo*

*Eduardo Fernandes de Moura*

*Paulo Reynaldo Maia Alves*

*Ana Kelly Ferreira*

*João José da Silva*

*Maria Lúcia da Silva*